

Jacob Burckhardt

O Estado como
obra de arte

Tradução de
SERGIO TELLAROLI

PENGUIN



COMPANHIA DAS LETRAS

Penguin and the associated logo and trade dress are registered and/or unregistered trademarks of Penguin Books Limited and/or Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association with
Penguin Group (USA) Inc.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

TÍTULO ORIGINAL

Die Kultur der Renaissance in Italien : ein Versuch

CAPA E PROJETO GRÁFICO PENGUIN-COMPANHIA

Raul Loureiro, Claudia Warrak

REVISÃO

Adriana Cristina Bairrada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Burckhardt, Jacob

O Estado como obra de arte / Jacob Burckhardt ; tradução de Sergio Tellaroli. — 1ª ed. — São Paulo : Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

Título original: Die Kultur der Renaissance in Italien : ein Versuch.

ISBN 978-85-63560-37-7

1. Itália — Civilização — 1268-1559 2. Renascença — Itália I. Título.

11-14814

CDD-945.05

Índice para catálogo sistemático:

1. Itália : Renascença : História 945.05

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500 Fax: (11) 3707-3501

www.penguincompanhia.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Introdução

É no verdadeiro sentido da palavra que esta obra carrega o título de um mero ensaio; seu autor tem suficientemente claro em sua consciência a modéstia dos meios e forças com os quais se encarregou de tarefa tão extraordinariamente grande. Pudesse ele, contudo, contemplar com maior confiança sua pesquisa, tampouco estaria mais seguro do aplauso dos conhecedores. Os contornos espirituais de uma época cultural oferecem, talvez, a cada observador uma imagem diferente, e, em se tratando do conjunto de uma civilização que é a mãe da nossa e que sobre esta ainda hoje segue exercendo a sua influência, é mister que juízo subjetivo e sentimento interfiram a todo momento tanto na escrita quanto na leitura desta obra. No vasto mar ao qual nos aventuramos, são muitos os caminhos e direções possíveis; os mesmos estudos realizados para este trabalho poderiam, nas mãos de outrem, facilmente experimentar não apenas utilização e tratamento totalmente distintos, como também ensejar conclusões substancialmente diversas. O assunto é, em si, suficientemente importante para tornar desejáveis muitas outras investigações e exortar pesquisadores dos mais diversos pontos de vista a se manifestarem. Entrementes, estaremos satisfeitos se nos for concedida uma atenção paciente e se este livro for compreendido como um todo. A necessidade de fracionar um grande

continuum espiritual em categorias isoladas e, amiúde, aparentemente arbitrárias, com o intuito de, de alguma forma, poder apresentá-lo, constitui dificuldade capital da história cultural. Era nossa intenção, a princípio, suprir a maior lacuna deste livro mediante uma obra especial tratando da “arte do Renascimento”, propósito que apenas minimamente pôde ser realizado.*

A luta entre os papas e os Hohenstaufen acabou por deixar a Itália em uma situação política que diferia substancialmente daquela do restante do Ocidente. Se na França, Espanha e Inglaterra o sistema feudal era de natureza tal a, transcorrido seu tempo de vida, desembocar fatalmente no Estado monárquico unificado; se na Alemanha ele ajudou, ao menos exteriormente, a manter a unidade do império — a Itália, por sua vez, libertara-se quase completamente desse mesmo sistema. Na melhor das hipóteses, os imperadores do século XIV não eram mais acolhidos e respeitados como senhores feudais, mas como possíveis expoentes e sustentáculos de poderes já existentes. O papado, por sua vez, com suas criaturas e pontos de apoio, era forte o bastante apenas para coibir qualquer unidade futura, sem, no entanto, ser ele próprio capaz de gerá-la. Entre aqueles e este, havia uma série de configurações políticas — cidades e déspotas, em parte já existentes, em parte recém-surgidos — cuja existência era de natureza puramente factual.** Nestas, pela primeira vez, o espírito do Estado europeu moderno manifesta-se livremente, entregue a seus próprios impulsos. Com suficiente frequência, elas exibem em seus traços mais medonhos o egoísmo sem peias, escarnecendo

* “A arquitetura e decoração do Renascimento italiano”, in *Geschichte der Baukunst*, Franz Kugler (org.). v. 4.

** Os governantes e seus partidários são, conjuntamente, chamados *lo stato*, nome que, depois, adquiriu o significado da existência coletiva de um território.

de todo o direito, sufocando o germe de todo desenvolvimento sadio. Onde, porém, essa tendência é superada ou, de alguma forma, contrabalançada, ali um novo ser adentra a história: o Estado, como criação consciente e calculada, como obra de arte. Tanto nas cidades-repúblicas quanto nos Estados tirânicos, esse ser vivente manifesta-se de centenas de maneiras, determinando-lhes a configuração interna bem como a política externa. Contentar-nos-emos aqui com o exame de seu tipo mais completo e mais claramente definido, presente na figura dos Estados tirânicos.

A situação interna dos territórios governados por déspotas tinha um célebre modelo no Império Normando da Baixa Itália e da Sicília, tal qual o reorganizara o imperador Frederico II. Criado sob o signo da traição e do perigo, próximo dos sarracenos, Frederico acostumara-se desde cedo ao julgamento e tratamento totalmente objetivo das coisas — o primeiro homem moderno a subir a um trono. Acrescia-se a isso sua familiaridade e intimidade com o interior dos Estados sarracenos e sua administração, além de uma luta pela existência contra os papas que obrigou ambos os lados a levar para o campo de batalha todas as forças e meios imagináveis. As ordens de Frederico (principalmente a partir de 1231) têm por objetivo a total aniquilação do Estado feudal, a transformação do povo em uma massa abúlica, desarmada e, no mais alto grau, pagadora de tributos. De uma maneira até então inaudita no Ocidente, ele centralizou todo o Poder Judiciário e a administração. Nenhum cargo podia mais ser preenchido por meio da escolha popular, sob pena de devastação para a localidade que o fizesse e degradação de seus habitantes à condição de servos. Os tributos, baseados num cadastro abrangente e em práticas mao-metanas de tributação, eram cobrados daquela maneira martirizante e atroz, sem o auxílio da qual, é certo, não se obtém dinheiro algum dos orientais. Sob tais condi-

ções, já não há povo, mas um amontoado controlável de súditos que, por exemplo, não podem se casar fora do território sem uma permissão especial, tampouco, de forma alguma, estudar fora dele. A Universidade de Nápoles constitui o exemplo mais antigo conhecido de restrição à liberdade de estudar, ao passo que o Oriente, ao menos nessas questões, dava liberdade a seu povo. Genuinamente maometano, em contrapartida, era o comércio próprio que Frederico praticava em todo o Mediterrâneo, reservando para si o monopólio sobre várias mercadorias e tolhendo o comércio de seus súditos. Os califas fatímidas, com toda a sua doutrina esotérica da descrença, haviam sido (pelo menos no princípio) tolerantes para com as religiões de seus súditos; Frederico, pelo contrário, coroa seu sistema de governo com uma inquisição que tanto mais culposa se afigura quando se admite que ele perseguia nos hereges os representantes de uma vida municipal liberal. Serviam-no, por fim, como força policial — no plano interno — e como núcleo do exército — no plano externo —, os sarracenos transferidos da Sicília para Luceria e Nocera, surdos a toda lamentação e indiferentes à proscrição da Igreja. Mais tarde, abúlicos e desacostumados às armas, os súditos aceitaram passivamente a queda de Manfredo e a usurpação do trono por Carlos de Anjou. Este último, porém, tendo herdado um tal mecanismo de governo, seguiu utilizando-o.

Ao lado do imperador centralizador, entra em cena, então, um usurpador de caráter singularíssimo: seu vi-gário e genro Ezzelino da Romano. Este não representa qualquer sistema de governo ou administração, uma vez que sua atuação se reduz unicamente à luta pela supremacia na porção superior oriental da Itália; entretanto, como modelo político para a época que se seguiu, ele não é menos importante do que seu protetor imperial. Até então, todas as conquistas e usurpações medievais se haviam realizado com base em alguma herança, real ou

alegada, e em direitos que tais — ou, de resto, em prejuízo dos descrentes ou excomungados. Agora, pela primeira vez, tenta-se fundar um trono por meio do assassinato em massa e de infindáveis atrocidades, isto é, mediante o emprego de quaisquer meios visando única e exclusivamente a um fim. Nenhum de seus sucessores logrou, de alguma forma, equiparar-se a Ezzelino no caráter colossal de seus crimes, nem mesmo César Borgia; o exemplo, porém, estava dado, e sua queda não significou para os povos o restabelecimento da justiça, tampouco uma advertência para futuros malfeitores.

Em vão, são Tomás de Aquino — nascido súdito de Frederico — elaborou em uma tal época a teoria de uma monarquia constitucional, na qual concebia o príncipe sustentado por uma Câmara Alta por ele nomeada e por uma representação eleita pelo povo. Teorias dessa ordem dissipavam-se nos auditórios da universidade: Frederico e Ezzelino foram e prosseguiram sendo para a Itália os maiores fenômenos políticos do século XIII. Sua imagem, refletida de maneira já semifabulosa, compõe o conteúdo principal das *Cento novelle antiche*, cuja redação original data certamente ainda desse mesmo século. Nelas, Ezzelino é já descrito com o temeroso respeito que é a manifestação de toda impressão portentosa. Toda uma literatura, da crônica das testemunhas oculares até a tragédia semimitológica, converge para sua pessoa.

Imediatamente após a queda de ambos, surgem, então, oriundos principalmente das disputas entre guelfos e gibelinos — e, em geral, na qualidade de expoentes destes últimos —, os diversos tiranos, mas sob formas e condições tão diversas, que não se pode deixar de reconhecer uma inevitabilidade comum a fundamentar seu surgimento. No tocante aos meios, eles só precisam dar continuidade àquilo que suas respectivas facções já haviam iniciado: o extermínio ou expulsão dos opositores e a destruição de suas casas.